



Sábado

17-04-2019

Periodicidade: Semanal
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 116250

Temática: Justiça
Dimensão: 1339 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 14/15

A semana

EXCLUSIVOS

JUSTIÇA. O QUE ESTÁ A SUCCEDER NA INVESTIGAÇÃO DO CASO BES

Roubados ou em parte incerta...

...mas uma coisa é certa: um número indeterminado de documentos digitais do processo desapareceu do DCIAP. A PJ foi chamada a investigar. Por **António José Vilela**

Os investigadores do Ministério Público (MP) que estão à frente do caso BES/GES fizeram uma descoberta inaudita nas últimas semanas: quando tentaram aceder a vários documentos digitais apreendidos, e que constituem provas do processo, não encontraram sequer o rasto deles.

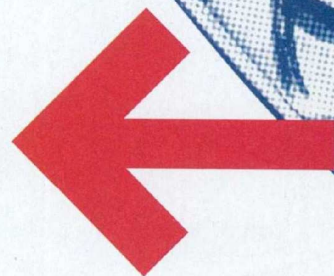
Esta documentação, segundo a **SÁBADO** apurou junto de várias fontes próximas da investigação, estava guardada numa memória digital externa que é utilizada pela equipa de mais de 30 operacionais que trabalha há quase cinco anos no inquérito crime. É nesta memória que são guardados muitos milhões de documentos – um sem-número deles nem sequer existe ainda em papel – depois de validados pelo juiz do Tribunal Central de Instrução Criminal (TCIC), Carlos Alexandre.

Num recente comunicado da Procuradoria-Geral da República (PGR), a propósito da demora das investigações apontada por um trabalho da **SÁBADO**, foi referido que só o produto das buscas do processo-crime abrange, para além de suportes documentais em papel, cerca de 100 milhões de ficheiros informáticos relativos a sistemas operativos bancários e de contabi-

lidade, contratos e transmissão escrita de comunicações entre Portugal, Suíça, Luxemburgo, Panamá, Dubai e Espanha.

Repetição de buscas?

O insólito caso do desaparecimento de dados está a ser tratado com pinças e sob sigilo absoluto no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), o órgão especializado do MP que tem a cargo o processo BES. Até porque esta descoberta abriu a porta a várias teorias internas. As principais? Terá ocorrido algum tipo de aci-



O chefe

Albano Pinto é o diretor do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP)



O subordinado

José Ranito é o procurador que no DCIAP investiga o caso BES há quase cinco anos

Sábado

17-04-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Justiça

Dimensão: 1339 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 14/15



O primo de Carlos César é suspeito

Ex-presidente do Turismo dos Açores, agora é um dos alvos num caso de fraude com fundos europeus. Por **Carlos Rodrigues Lima**

dente no manuseamento dos dados informáticos (podem ter sido apagados de forma inadvertida) ou poderá ter havido algo mais, como um furto informático.

Assim, para tentar resolver o mistério, o diretor do DCIAP, Albano Pinto, reuniu com os dois procuradores principais do inquérito, José Ranito e Olga Barata, e decidiram pedir ajuda ao diretor da Polícia Judiciária (PJ), Luís Neves. De forma sigilosa, Neves destacou uma equipa especialista em crimes informáticos para tentar recuperar os documentos e também perceber o que é que lhes sucedeu. E se foi co-

metido ou não algum tipo de crime.

Esta questão do desaparecimento dos documentos levanta outro problema num processo em que já aconteceram muitos episódios rocambolescos nos bastidores – vão de guerras internas (saída de procuradores em litígio) ao acumular de inspetores da Judiciária a trabalhar no inquérito de forma exclusiva (são já 10), mas que terão de sair do caso em setembro próximo.

Agora, está em causa saber se os investigadores terão de repetir, por exemplo, buscas para recolher de novo os documentos desaparecidos. É que se parte destes documentos (ou outros) estiverem no DCIAP guardados em ficheiros informáticos e sem controlo judicial, não são juridicamente válidos. ■

A Polícia Judiciária de Ponta Delgada, nos Açores, está a investigar o primo em 5.º grau de Carlos César, presidente e líder parlamentar do PS. Francisco Gil, atual administrador da NAV, foi presidente da Associação de Turismo dos Açores, acumulando, entre maio de 2013 e abril de 2016, esta função com a de vogal da administração da SATA, companhia aérea açoriana. São precisamente estas duas empresas que estão no centro da Operação Nomos lançada, em abril, pela PJ dos Açores. Em causa estão suspeitas de fraude na obtenção de subsídio, peculato, participação económica em negócio e falsificação de documentos, num esquema de eventuais desvios de fundos da União Europeia dentro da Associação de Turismo dos Açores (ATA). Nos últimos meses, a investigação recolheu dados que apontam para a

existência de um saco azul, que poderá ter servido para enriquecimento ilícito e, eventualmente, financiamento partidário e pagamentos de viagens na SATA. A investigação está a ser acompanhada no terreno por técnicos do OLAf, organismo europeu que investiga as fraudes com subsídios comunitários, que também está a desenvolver a sua própria investigação.

Francisco Coelho, atual presidente do Turismo dos Açores, é um dos cinco arguidos já constituídos na investigação. Já Francisco Gil, contactado pela **SÁBADO**, garantiu ainda não ter sido ouvido no processo.

A nomeação de Francisco Gil para a NAV, revelada pela **SÁBADO**, levou Carlos César, antigo presidente do Governo Regional dos Açores, a emitir um comunicado, garantindo nada ter tido a ver com a nomeação do primo. ■